



ANÁLISE DA GUARDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO – UMA MILÍCIA EM ETERNA ORGANIZAÇÃO (1831 – 1873)

Kamyla Nunes de Deus Oliveira, Instituto Federal da Paraíba, Brasil.

RESUMO

A Guarda Nacional foi criada nos primeiros anos do período regencial, sendo considerada por muitos estudiosos como uma das medidas no bojo do processo de descentralização que aquele fértil período promoveu. A também denominada milícia cidadã procurou denotar a presença do Estado por toda extensão do Império, uma vez que ela deveria estar presente em todas as províncias brasileiras. Ao mesmo tempo, constituiu-se num espaço de expressão do domínio das elites locais que ocupavam os principais postos de comando da Guarda. O presente artigo se propõe ao estudo desta instituição na província do Espírito Santo, no período de 1831 a 1873. Com um enfoque que contempla as novas abordagens na história política, pretendo entender as articulações que se forjaram no seio da Guarda Nacional. Buscando identificar o “estrato de senhores”, do qual fala Uricoechea (1978), que comandava a milícia cidadã no Espírito Santo oitocentista, bem como delinear a importância política que tinham, observando de que forma contribuíram para a construção do Estado Imperial. Para tanto, utilizamos como fontes os relatórios dos presidentes de província e registros de correspondências dos comandantes da milícia cidadã.

Palavras – chave: Guarda Nacional; Espírito Santo; Brasil Império.

ABSTRACT

The National Guard was created in the early years of the regency period, being considered by many scholars as one of the measures in the midst of the decentralization process that that fertile period promoted. The so-called citizen militia sought to denote the presence of the State throughout the length and breadth of the Empire, since it should be present in all Brazilian provinces. At the same time, it constituted a space of expression of the dominance of the local elites who occupied the main command posts of the Guard. This article proposes to study this institution in the province of Espírito Santo, in the period from 1831 to 1873. With an approach that contemplates the new approaches in political history, I intend to understand the articulations that have been forged within the National

Guard. Seeking to identify the "stratum of lords", of which Uricoechea (1978) speaks, who commanded the citizen militia in the nineteenth-century Espírito Santo, as well as to outline the political importance they had, observing how they contributed to the construction of the Imperial State. To this end, we used as sources the reports of the provincial presidents and records of correspondence of the commanders of the citizen militia.

Keywords: National Guard; Espírito Santo; Brazil Empire.

1. INTRODUÇÃO

A primeira indicação concreta para a criação da Guarda Nacional ocorreu em outubro de 1830 na Câmara Municipal de São Paulo, por sugestão do Dr. Cândido Gonçalves Gomide. Segundo Castro (1977), tal indicação tinha o objetivo de manter a Constituição contra golpes da facção liberticida, pois era grande o medo da restauração. A Constituição de 1824, em seu artigo 145, já abria a prerrogativa para que se criasse uma força composta por cidadãos ao enunciar que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos. (BRASIL, 1824, p.19) Assim, a Câmara Municipal de São Paulo reivindicava uma lei para que tal força fosse regulamentada. Após o envio à Corte de um documento que requisitava a criação da milícia cidadã, foi nomeada uma comissão para redigir o projeto em maio de 1831. Compunham a Comissão: José Joaquim Vieira Souto, Raimundo José da Cunha Matos e Evaristo Ferreira da Veiga. De maio a agosto discutiu-se o projeto, que foi aprovado pela Assembleia no dia 18 de agosto de 1831. A criação da Guarda Nacional é, habitualmente, atribuída ao então Ministro da Justiça Antônio Feijó. Castro (1977), porém, alerta que não há documentação que comprove essa informação.

O primeiro capítulo da lei de criação da milícia explicita claramente sua função ao instituir que:

As Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem, e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e as costas. (BRASIL, 1831, p. 49)

Ficava, então, estabelecida qual seria a missão da Guarda Nacional: manter a ordem nas províncias, combatendo movimentos separatistas e de outra natureza que ameaçassem a institucionalização da nova ordem legal. Contudo, a atuação dos guardas nacionais durante os anos tomou outras direções além das citadas. Progressivamente, a Guarda Nacional desvirtuou-se de suas funções iniciais e tornou-se importante instrumento de preservação da hierarquia social vigente no Brasil (GRAHAM, 1997). O caráter político, com o passar dos anos, tornou-se preponderante muito embora a lei de criação da milícia determinasse aos cidadãos-soldados o apolitismo. (FARIA, 1977, p. 9) Com a criação da

Guarda Nacional foram extintos os corpos auxiliares das milícias e Ordenanças e das Guardas Municipais. O serviço que tais corpos desempenharam ficou a cargo da milícia cidadã que se criara. Assim, os guardas nacionais executavam serviços ordinários dentro do município, serviços ordinários de destacamento fora do município (estes eram remunerados) e serviços de auxílio ao Exército de Linha. Além disso, o serviço dos milicianos era solicitado para capturar criminosos, segundo requisição feita pelos juizes locais e delegados de polícia; para patrulhamento e policiamento das cidades, assim como das guarnições de cidades e prisões; para destruir quilombos, reprimir o tráfico de escravos, dentre outros serviços (CASTRO, 1977, p. 24).

Entendemos, assim, que a transformação da milícia pode ser explicada pelo mandonismo presente na sociedade brasileira desde os tempos coloniais (CARVALHO, 1998). Por se tratar de uma instituição que perpassou todo o Segundo Reinado chegando à República, seu estudo não foi deixado de lado pela historiografia brasileira. Oliveira Vianna, em 1949, por exemplo, na contramão dos estudos mais tradicionais enxerga na Guarda Nacional uma medida de centralização promovida pela Corte. Tal percepção também é compartilhada por Victor Nunes Leal. Em meados da década de 1970 o tema ganhou novo fôlego com a publicação de *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850* de Jeanne Berrance de Castro. Neste trabalho, que foi o primeiro a abordar especificamente a Guarda Nacional, Castro (1977) ressalta a possibilidade de ascensão social existente nos primeiros anos da milícia, bem como os problemas decorrentes de tal prerrogativa que foi extinta para atender os interesses das elites conservadoras. Além disso, a autora faz notar que a atuação dos milicianos nos primeiros anos muito se distingue dos desmandos políticos que a marcaram posteriormente: foram grandes os esforços dos cidadãos, em sua maioria agricultores, para combater gratuitamente as revoltas e pacificar a nação.

Não menos importante foi a contribuição de Fernando Uricoechea (1978) em *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. O autor destaca que no século XIX houve o retorno da patrimonialização nos aparatos do Estado brasileiro ainda em construção. E tal processo foi evidente na Guarda Nacional. A atuação da milícia cidadã foi planejada no sentido de por meio de uma rotina administrativa contribuir com o processo de construção do Estado. Desta forma, o Estado e a elite patrimonial se beneficiavam, pois ao se preocupar em manter seus interesses e a ordem, a elite construía e preservava o Estado brasileiro. Estes dois novos olhares sobre a Guarda Nacional suscitaram produções que abordaram a atuação da milícia nas diversas províncias.

Dentre as inúmeras abordagens que nos são possíveis, ao analisarmos a atuação da Guarda Nacional no Espírito interessa-nos, sobretudo, averiguar até que ponto a milícia cidadã era utilizada como um instrumento político nas mãos da elite da província. Entendemos com Heinz (2006) “que as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual. Neste sentido, nos utilizamos das pesquisas de autores como Rodrigo Goularte, que em sua dissertação intitulada *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos* traça as bases da

sociabilização dos deputados provinciais da primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em 1835. Ao investigar quais eram os fundamentos do poder destes deputados, Goularte (2008) defende que estes senhores já estavam habituados com a prática política antes da instalação das Assembleias, estando também inseridos numa rede de socialização. Outro trabalho que nos auxilia na compreensão da gênese e do desenvolvimento da elite política provincial é a dissertação *Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880*, de Karulliny Silverol Siqueira. Siqueira (2011) defende que a divisão dos partidos políticos no Espírito Santo, entre liberais e conservadores, deu-se tardiamente quando comparada com as demais províncias do Império. A autora identifica uma mudança a partir de 1860 no tipo de elite do Espírito Santo: de homogênea e coesa ela passa a ser heterogênea e dividida.

Na pista de tais pesquisas que muito elucidam o cenário político provincial do século XIX, entendo a Guarda Nacional como espaço de poder privilegiado ocupado por parte da elite do Espírito Santo e busco identificar quem eram os indivíduos que compunham o estrato de senhores que estava à frente da política local, como também da instituição. O objetivo geral deste estudo, portanto, foi o de identificar as lideranças políticas locais e as redes de poder que se estabeleciam no interior da Guarda Nacional no Espírito Santo no século XIX, relacionando-as à política local bem como à dinâmica de construção do Estado Imperial. Com este estudo pretendo contribuir no deslindamento da história política do Espírito Santo no período Imperial. Assim, pretendeu-se identificar quais eram os homens que compunham as mais altas patentes da milícia cidadã no Espírito Santo; quais eram suas profissões; a importância destes senhores na política da província do Espírito Santo; o que representava a G. N. nessa província em seu aspecto político e as principais atividades e atuação realizadas pela milícia cidadã. As datas de duas leis foram por mim adotadas no estabelecimento das balizas temporais desta pesquisa. O marco inicial, 1831, é justificado pela Lei de 18 de Agosto, que estabeleceu a criação da Guarda Nacional. O segundo marco relaciona-se à lei 2.395 de 10 de setembro de 1873 que sacramenta o fim da Guarda Nacional ao praticamente anulá-la como força militar.

2. METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As fontes encontradas e analisadas, em boa medida, foram obtidas no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, no Fundo Governadoria. Para entender o cotidiano dos milicianos nos foram úteis o Registro da Correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1871) - Livros 404, 405 e 407 da Série 751; Ofícios e mais papéis referentes à Guarda Nacional (1854 a 1858) - Livro 212 da Série 383; o Registro da Correspondência Oficial com os Comandantes Superiores da Guarda Nacional (1869) - Livro 408 da Série 751; Registro da Correspondência do Governo com diversas autoridades civis e militares da capital (1831-1837) - Livros 195, 196 e 198 da Série 751. No mapeamento dos principais componentes da elite do Espírito Santo atuante na milícia,

nos foram úteis: Matrícula dos oficiais da Guarda Nacional (1852-80) - Livro 633 da Série 751; além dos Relatórios dos Presidentes de Província de 1838 a 1868. Estes relatórios estão disponíveis online no endereço: http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

Com o intuito de precisar quem eram os cidadãos que compunham a milícia utilizei o método prosopográfico. A prosopografia nos auxilia a identificar as características comuns dos indivíduos que fazem parte de determinado grupo. Assim, busquei resgatar dados biográficos dos milicianos relacionando-os com suas posições no corpo da instituição.

A premissa implícita é que uma compreensão de quem os atores foram levará mais longe a explicação do funcionamento da instituição a que eles pertenceram, revelará os verdadeiros objetivos atrás do fluxo de retórica política e tornar-nos-á mais capazes para entender suas realizações, assim como para interpretar mais corretamente os documentos que produziram. (STONE, 2011, p. 120)

A utilização de documentos oficiais não é algo novo nem inusitado no estudo da milícia cidadã. Castro (1977), Uricechea (1978) e tantos outros autores que se dedicaram a analisar esta corporação se debruçaram sobre vasta documentação, além de jornais, discursos e outros escritos da época. Os relatórios dos presidentes de província, uma das fontes utilizadas, eram documentos escritos pelos presidentes das províncias brasileiras e tinham um caráter de prestação de contas da administração ao governo central. Por isso, abordavam de forma geral os diversos aspectos das localidades e os acontecimentos transcorridos ao longo do mandato. Na seção dedicada à Guarda Nacional os presidentes informavam as condições nas quais se achava a milícia cidadã na província, as dificuldades pelas quais passava, o número do efetivo no ano correspondente ao relatório bem como comentários acerca da província. Nas palavras de Carvalho (2007), a eles [presidentes de província] devemos quase todos os documentos e relatórios que são hoje as fontes mais ricas para o estudo da história imperial. Por serem de vital importância para o desenvolvimento desta pesquisa, tais fontes serão devidamente criticadas, buscando sempre o diálogo com a farta bibliografia do período Imperial.

As falas dos presidentes e dos oficiais se inscrevem num contexto próprio e por isso serão interpretadas tendo em vista os pressupostos vigentes na sociedade imperial e, mais precisamente, no Espírito Santo do século XIX. Além disto, lanço mão da contribuição da História Demográfica para tratar dos registros das patentes e de outros aspectos concernentes ao efetivo da Guarda Nacional, pois como afirma Marcílio (1977), “o embasamento demográfico em qualquer estudo histórico de natureza social, econômica ou cultural é essencial.”

Como questão de fundo, havia a preocupação de pensar a Guarda Nacional no Espírito Santo à luz da renovação da história política, em consonância ao postulado em *Por uma História Política*, obra organizada por René Rémond:

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto, deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas (REMOND, 2003, p.16).

Não havia mais, portanto, espaço para aquela conhecida história dos reis que relegava ao segundo plano, quando não omitia, a história dos povos e das sociedades. Após sua renovação, são muitas as possibilidades que a história política oferece. Sua interdisciplinaridade faz com que suas fronteiras não sejam claramente fixadas e que sua definição seja por demais abstrata. Para Rémond (2003), a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder.

Como uma das possibilidades desta nova história política, trabalhamos com o conceito de elite, especificamente, de elite política. Há um amplo debate a respeito da noção de elite e de fato não há um consenso sobre sua definição. Não obstante, sigo a definição deste conceito tal como destaca José Murilo de Carvalho em sua abordagem sobre a elite política imperial, em *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*:

(...) quando falarmos aqui de elites não nos referimos a grandes homens e às teorias que, à moda de Carlyle, procuram explicar os acontecimentos em função de sua atuação. Falamos de grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite. (CARVALHO, 2007, p.20)

Neste sentido, entendemos os componentes da Guarda Nacional do Espírito Santo como um “grupo especial de elite” e buscamos compreender o que os distinguia como grupo social. Intentamos ainda, com o auxílio de Pierre Bourdieu, determinar quais os fundamentos do poder dos guardas nacionais, qual seria o capital simbólico desses cidadãos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ORGANIZAÇÃO DA GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

A Guarda Nacional no Espírito foi um exemplo de instituição em busca da organização para seu funcionamento previsto na Lei de 18 de agosto de 1831. O primeiro relatório que faz referência à Guarda no Espírito Santo é do ano de 1838. Nele o presidente de província João Lopes da Silva Couto revela que:

Não he só n' sta Provincia que a Guarda Nacional está em desarranjo. Por todos os pontos do Imperio se ouve clamar contra o seu desmantelamento; por toda a parte ha queixas de que os guardas nacionaes não estão fardados, que não tem recebido a precisa instrucção, que não se reúnem os Conselhos de qualificações no prazo marcado pela Lei, que não ha Jury de Revista, que os guardas não concorrem para a eleição de seus Officiaes, que não querem obedecer, e finalmente que se recusão ao serviço. (COUTO, 1838, p. 23-24)

O relato de Couto (1838) atesta aquilo que autores como Castro (1977) apontam: a demora para se organizar plenamente a Guarda Nacional ocorreu devido, sobretudo, à ausência do Estado no cumprimento de suas responsabilidades, que eram poucas, com a instituição. O provimento de armas e instrução segundo a Lei do Orçamento eram despesas gerais, portanto, cabia ao Governo Central fornecê-los. Além disso, outros motivos aparecem como dificuldades para a organização da milícia dos oficiais, como a nomeação. A forma de nomeação dos oficiais, que recebeu muitas críticas, logo perdeu seu caráter eletivo, a partir de 1851. Estas críticas feitas muitas vezes condiziam com a natureza autoritária vigente no país. No Espírito Santo, a mudança ocorreu em 1840, por meio da Lei Provincial n.º 14 de 4 de maio de 1840.

A desorganização da milícia e sua consequente inatividade nos levam a refletir sobre quais seriam os reais motivos de a Guarda Nacional não ter sido prontamente organizada na Província do Espírito Santo. Podemos nos questionar se tal situação foi fruto da incompetência daqueles que estavam à frente da administração provincial ou se esta foi uma tendência em todo o Império. Vários trabalhos evidenciam o peso da segunda característica.

De todo modo, a elite política do Espírito Santo, nesta época, era segundo Siqueira (2011) homogênea e coesa. Majoritariamente nativa, interessava a essa elite manter a ordem antes de tudo, não havendo espaço para dissensões políticas radicais internas. Assim, a tradicional divisão entre Liberais e Conservadores só veio ocorrer no Espírito Santo após 1860 (SIQUEIRA, 2011, p. 54). Se o que importava àquela elite era manter a ordem seria sensato supor que a Guarda Nacional fosse estruturada. Porém, não é o que constatamos ao analisarmos as fontes. Os relatos são de descaso e ausência de condições que permitissem o uso pleno da milícia. A despeito das insistências do governo imperial e dos presidentes de província, a elite local lentamente conduziu o processo de constituição efetiva da Guarda Nacional.

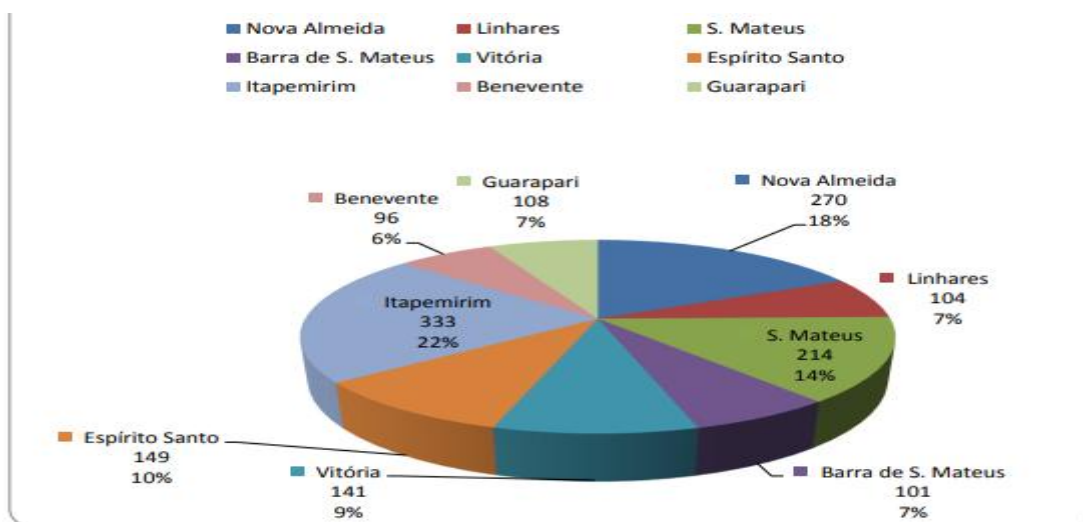
Criada em 1831, apenas em 1838 encontramos o primeiro apontamento efetivo da Guarda Nacional no Espírito Santo que, naquela altura, totalizava 1.516 guardas. Se considerarmos que a população da província era de 26.080 habitantes (COUTO, 1839, p.

15), a Guarda Nacional correspondia a 5,8% da população total. Esse percentual cresce lentamente e, a partir de 1862 ele dobrará, atingindo a cifra de 11,5%, número bastante similar ao de outras províncias como veremos adiante. Tal efetivo encontrava-se em condições precárias, não sendo possível que a milícia executasse de fato os serviços para os quais foi criada, auxiliando na manutenção da ordem, desenvolvendo atividades auxiliares à força policial e às tropas do Exército.

Os milicianos estavam distribuídos em três Comandos Superiores: Norte, Centro e Sul. O Comando Superior do Norte era composto pelos municípios de São Mateus, Nova Almeida, Linhares e pela freguesia de Barra de São Mateus. Já o Comando do Centro era composto pelos municípios de Vitória, Espírito Santo e pela freguesia de Serra. Por sua vez, o Comando Superior do Sul era composto pelos municípios de Itapemirim, Benevente e Guarapari. No total era no Comando Superior do Norte onde se encontrava o maior número de guardas nacionais, com destaque para Nova Almeida e São Mateus. Contudo, isoladamente, era o município de Itapemirim que possuía o maior contingente (Gráfico 1).

O maior registro de milicianos nestas regiões citadas pode ser explicado pelo fato de tais localidades se relacionarem de forma mais intensa com outras províncias. No caso do Sul, o Rio de Janeiro era um dos mais importantes pólos políticos e econômicos do Império, região responsável por um fluxo maior de pessoas e mercadorias circulando. Sem contar que as imediações de Itapemirim constituíam, também, em uma das regiões mais densamente povoadas do Espírito Santo naquele momento. No caso do Norte, embora fosse a região menos povoada da província, o grande número de guardas nacionais revela, em primeiro lugar, a preocupação constante com os indígenas.

Gráfico 1. Guarda Nacional no Espírito Santo (1838)



Fonte: ESPÍRITO SANTO. Discurso com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Coito, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º setembro de 1838. Rio de Janeiro: Typ. Commercial, 1839.

O Gráfico 1 revela a organização inicial e a distribuição da Guarda Nacional na província do Espírito Santo em seus principais núcleos. A divisão e a indicação das três regiões territoriais e administrativas da província revela o entendimento do governo provincial em relação ao seu território, mas também, acerca da divisão da elite existente. Desde o período colonial a elite da terra foi se constituindo e se consolidando de modo que durante o século XIX é bem provável que houvesse esse entendimento amadurecido distribuindo os detentores do poder e da autoridade nessas principais vilas e cidades capixabas. Essa repartição era dada pelos municípios, seguido das vilas e freguesias. Do ponto de vista administrativo as unidades eram as paróquias ligadas a essas vilas e cidades. Essa divisão paroquial informava não somente a constituição dos batalhões da Guarda Nacional, como também a realização das eleições no Império.

O principal obstáculo havido ao longo de toda a criação e existência inicial da Guarda Nacional no Espírito Santo, como em outras províncias era a ausência de dados mais efetivos. Além da demora na instalação da corporação, os oficiais não enviavam as informações necessárias para compor um mapa minimamente necessário da milícia. Assim, por exemplo, em 8 de janeiro de 1846, Herculano Ferreira Pena escreve para o tenente coronel José Francisco de Andrada e Almeida Monjardim exigindo que fosse remetido um mapa do Coronel Chefe de Legião que demonstre o número total dos praças que compõem a força sob seu comando. E a organização dos diversos corpos, companhias e seções com todos aqueles detalhes que pudessem contribuir para que se complete esclarecimento da matéria. Exige isso para que a Guarda Nacional cumpra o serviço a que é destinada pela lei de sua criação.

Em 20 de outubro de 1847, o ministro da Justiça, Luis Pedreira do Couto Ferraz novamente insiste ao “senhor coronel chefe da Legião da G.N. desta província [que envie] os mapas da G.N. desta província na forma recomendada nas circulares de 9 de março de 1843, e 22 de maio de 1844. (APEES, 1847).

As queixas e relatos das más condições da Guarda Nacional no Espírito Santo se sucedem nos relatórios. Em 1840 ela continuava desarmada e sem instrução, mesmo tendo sido feitas requisições ao Governo Geral. (COUTO, 1840, p. 12 – 13). Ao que parece, a atuação da milícia não tinha progredido em nada desde 1838. Tal constatação fica evidente no relatório de 1841 do então presidente de província José Joaquim Machado d’Oliveira. Segundo seus relatos, era a Guarda Policial que continuava se encarregando da segurança interna da província, uma vez que a Guarda Nacional de fato não existia (D’OLIVEIRA, 1841, p. 22).

Um dos fatores mais citados pelas autoridades que justificava a organização efetiva da milícia cidadã era a necessidade de combate aos quilombos. A população escravizada do Espírito Santo era considerável, formavam-se numerosos quilombos nas brenhas próximas às fazendas e povoações. A deficiência da Força Pública, e a dificuldade que encontrava a administração provincial para organizar grupos de civis capazes de desbaratar os improvisados arraiais contribuíam para a formação destes grupos de escravizados fugidos. Em 1843 o número de escravizados era de 10.376, sendo que o

número total da população da província era 32.720. Ou seja, o total de cativos representava aproximadamente um terço da população do Espírito Santo. (OLIVEIRA, 1975, p. 352)

A preocupação com os grupos de escravizados fugidos era tanta que o vice-presidente Joaquim Marcellino da Silva Lima relata em 1846 que como último recurso tentou-se organizar uma guerrilha, mesmo sendo poucos os recursos. Guerrilha esta que contava com a contribuição feita pelos próprios fazendeiros a fim de coibir as constantes fugas e a formação ou a ampliação dos quilombos já existentes.

A guerrilha organizada em 1845, relatada por Silva Lima em 1846, contava com apenas 18 praças e começou atuando no município de Cariacica, porém não alcançou os resultados esperados. A atuação da guerrilha foi na verdade um ensaio da execução da Lei Provincial nº 8 de 29 de julho de 1845. Poucas prisões foram efetuadas e um dos fatores apontados como responsáveis pela falta de êxito foi a ajuda que os escravizados recebiam para escapar (LIMA, 1846, p. 6).

Para atestarmos qual de fato era a importância da milícia cidadã no Espírito Santo, é necessário compararmos seu contingente com as demais províncias.

Tabela 1. A Guarda Nacional nas Províncias 1858 - 1862

Corte e	1858	1859	1860	1861	1862	Média
Corte	7.530	7.708	7.815	7.856	7.653	7.712
Bahia	126.439	131.751	125.176	125.175	125.175	126.743
Pernambuco	40.997	47.153	42.692	42.481	42.481	43.161
Maranhão	29.988	29.988	27.769	27.769	28.467	28.796
Pará	26.339	23.649	20.941	20.941	22.921	22.958
Amazonas	3.544	3.560	4.432	4.474	4.474	4.097
Sergipe	18.275	18.275	16.587	14.654		16.948
Piauí	16.417	22.792	17.843	18.266	14.654	17.994
Paraíba	19.592	19.592	19.628	19.628	16.744	19.037
Ceará	32.952	32.952	32.832	32.832	20.078	30.329
Rio Grande do Norte	16.635	10.727	16.927	16.927	32.832	18.810
Alagoas	23.470	23.540	25.883	25.883	25.220	24.799
Mato Grosso	4.648	5.427	4.742	4.742	4.482	4.808
Goiás	12.039	12.039	11.948	11.948	14.484	12.492
Espírito Santo	5.297	5.287	5.359	5.359	5.359	5.332
Minas Gerais	81.753	85.046	69.340	76.381	78.044	78.113
São Paulo	35.867	35.867	35.260	35.260	37.794	36.010
Santa Catarina	8.464	8.464	7.862	7.862	8.835	8.297
Paraná	10.461	11.363	8.218	8.218	8.306	9.313
Rio Grande do Sul	35.920	35.990	34.906	36.382	38.382	36.316
Rio de Janeiro	42.862	44.202	41.040	41.090	41.404	42.120
Média Total						615.372

Fonte: Relatórios do Ministério de Justiça, 1858 – 1862.

Na Tabela 1 podemos comparar o número do efetivo da Guarda Nacional no ano de 1862 com praticamente todas as províncias do Império. Observamos que o número de guardas no Espírito Santo era diminuto comparado com as outras províncias. No entanto, se consideramos a população temos que proporcionalmente o Espírito Santo tinha uma quantidade semelhante à das outras províncias. Os milicianos correspondiam a 11,5% da população total do Espírito Santo. Ademais, as províncias apreciadas vivenciavam realidades distintas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os guardas nacionais atuaram

com frequência como força militar, auxiliando a 1ª linha na proteção das fronteiras da província.

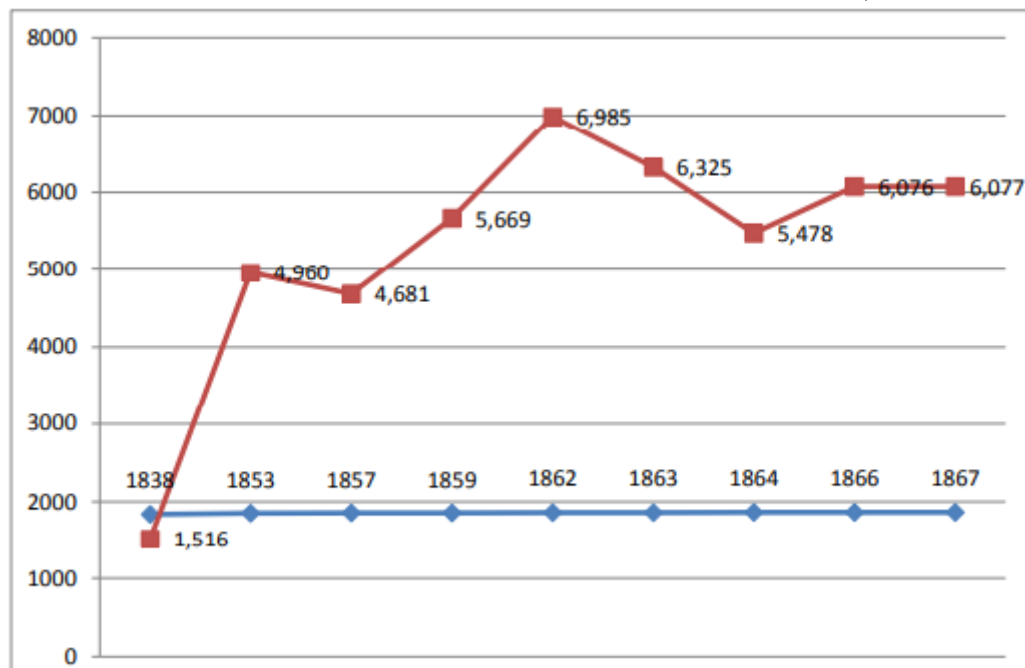
Após a deflagração da guerra contra o Paraguai, o contingente de guardas nacionais mobilizado aumentou ainda mais. (FERTIG, 2010, p. 250 – 252) O número de milicianos correspondia, em 1862, à 12,5% do total da população do Rio Grande do Sul. A defesa das fronteiras também fazia parte da realidade dos milicianos do Mato Grosso do Sul (SILVA, 2012, p. 45). Nesta província o número de guardas nacionais representava aproximadamente 11% da população. A porcentagem considerável de milicianos do Pará, 12,8%, pode ser explicada pela presença expressiva de indígenas.

Assim, percebemos que os apelos para a estruturação de uma milícia cidadã estão ligados às dificuldades dos governantes em custear aparatos repressivos que satisfizessem o desejo desta elite política. A Guarda Nacional, milícia que prestava serviços de forma gratuita e voluntária, desoneraria os cofres provinciais e mesmo imperiais, como ocorria nas demais províncias. Assim, os próprios proprietários e comerciantes viam-se impelidos de tomar para si a tarefa que, pelo menos em tese, caberia tanto à província quanto ao Império. Muito embora, desde 1840 os oficiais da milícia passassem a receber, a título de cortesia, pagamento referente aos serviços prestados à frente da corporação fora de seu domicílio, como aparece na correspondência de 18 de dezembro de 1849 de Felipe José Pereira Leal ao coronel chefe da Guarda Nacional do Centro da província capixaba.

O crescimento de algumas vilas da província do Espírito Santo durante o século XIX, alertava para a necessidade da organização da Guarda. Era o caso da vila de São Mateus que estava se destacando por ser um porto comercial movimentado. As vilas de Guarapari e Itapemirim também necessitavam de destacamentos por semelhante motivo (MONJARDIM, 1848, p. 17).

A partir dos únicos mapas disponíveis para o Espírito Santo elaboramos o Gráfico 2, que revela as principais mudanças no tamanho da Guarda Nacional entre 1838 e 1867. Como se vê, num intervalo de aproximadamente 20 anos a Guarda Nacional triplicou de tamanho no Espírito Santo.

Gráfico 2. Crescimento da Guarda Nacional (1838 – 1867)



Fonte: Relatórios do Ministério da Justiça.

O número de guardas, que em 1866 foi de 6.076, em sua grande parte tinha apenas existência nominal, não estando aptos a atenderem às emergências provinciais e do Império. Acreditamos, portanto, que o crescimento do efetivo ao longo dos anos não expressa a participação real dos milicianos na força pública do Espírito Santo, até porque muitos se encontravam na reserva.

Isto não significa desconsiderar a utilização da milícia como instrumento político, afinal ela conferia status político aos seus integrantes, sobretudo aos oficiais, sem contar o importante papel de integração desses indivíduos, dispersos muitas vezes em suas regiões, favorecendo a consolidação de redes políticas. Além disso, a força, como vimos, também era usada para servir aos interesses de proprietários de escravizados auxiliando na captura e na destruição de quilombos.

3.2. “ESTRATO DE SENHORES” – ELITE POLÍTICA DO ESPÍRITO SANTO NA GUARDA NACIONAL

Com o objetivo de perceber a presença da elite política provinciana na Guarda Nacional, bem como averiguar por meio da prosopografia quais eram os fundamentos do poder de tal grupo, cabe analisar o quadro dos Comandantes da milícia cidadã do Espírito Santo no período de 1852 a 1880. O recorte se deu devido à insuficiência de dados mais completos ao longo dos anos. A única fonte completa que encontramos e que será analisada é o Livro 633 da série 751 (Fundo Governadoria) – da matrícula dos oficiais, existente no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nele, destacaremos apenas onze comandantes superiores – cinco do Comando Superior do Centro, quatro do Comando Superior do Norte e dois do Comando Superior do Sul. A escolha deu-se,

primeiramente, pela determinação da data de nascimento, da naturalidade, da formação e dos laços familiares dos oficiais em questão. Em seguida, verificamos a atuação política dos comandantes na província, assim como as relações que eles mantiveram entre si. Para alguns indivíduos não nos foi possível determinar todos os dados.

A apreciação dos quadros do alto comando da Guarda Nacional do Espírito evidencia a presença de notáveis que há muito participavam da política da província. Revela, ainda, o predomínio de grandes famílias no Comando Superior. Homens, como Francisco de Andrade Almeida Monjardim, João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Constantino Gomes da Cunha, que ocupavam cargos políticos na província estavam presentes na milícia cidadã. Faziam, portanto, parte da elite política local. Isto nos leva a concordar com Uricoechea (1978), quando este afirma que um estrato de senhores locais comandava a milícia, arcando com as despesas que o Estado não podia assumir, fortalecendo seu poder ao mesmo tempo em que contribuía para a construção do Estado Imperial.

Neste sentido, o caso de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim é emblemático. Nascido em Vitória no ano de 1797, era filho do capitão da Marinha Ignácio João Monjardim, capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Por um tempo manteve-se afastado de sua terra local para estudar no Rio de Janeiro, adotando a carreira militar. Ao regressar, desde os tempos de Capitania ele foi atuante, acumulando grande experiência na política institucional e tornando-se conhecedor das demandas locais, como destaca Goularte (2008). Além disso, foi casado com Anna Francisca Benedita, a filha do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. Em 1821, ano de grande agitação política, Monjardim participou da Junta do Governo Provisório no Espírito Santo, ao lado do padre José Nunes da Silva Pires, de Luis da Silva Alves de Azambuja Suzano, de José Ribeiro Pinto e de Sebastião Vieira Machado.

Na primeira Legislatura da Assembleia Provincial, em 1835, lá estava Monjardim novamente. Sua atuação como deputado provincial foi bem duradoura: por mais de 15 vezes ocupou este cargo, sendo Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa nos anos de 1851, 1854, 1855, 1868 e 1869. E vice em 1842, 1848 e 1857. Por diversas vezes foi interinamente presidente da Província, e por nove vezes esteve na vice-presidência, entre 1830 e 1860. (OLIVEIRA, 1975, p. 542 – 543)

Monjardim foi, de fato, um dos coronéis mais respeitados do Espírito Santo e isto o legou alguns inimigos que não viam com bons olhos sua influência na política local. Com o despertar da imprensa na província na década de 1860, a figura do coronel, que até o momento era membro da elite política coesa do Espírito Santo, passou a receber uma série de críticas e um grupo de oposição começou a formar-se na província, como defende Siqueira (2011).

Dois partidos foram identificados pelos contemporâneos daquele período: O Partido Dionisiano, chefiado por Dionísio Resendo, e o Partido Capichaba, liderado pelo padre Inácio Rodrigues Bermudes, e tendo como um de seus componentes ilustres o coronel

Monjardim. As críticas à família Monjardim tinham como grande veículo de propagação o periódico A Liga.

Desta forma, não é de se estranhar que uma figura política tão influente como a do coronel Monjardim tenha estado à frente da Guarda Nacional. Em 1841, ele foi nomeado Comandante Superior da Legião Sul da Guarda Nacional do Espírito Santo pelo então Presidente de província José Joaquim Machado d'Oliveira. A milícia, neste período, estava sendo organizada, pois de fato ela ainda não existia, sendo a segurança da província mantida pela Guarda Policial.

Em 1846 ele foi Tenente Coronel da Legião do Centro. Já em 1849, Coronel Chefe da Legião do Centro. Ao Comando Superior ele chegou em 1854. Em 1864, o Coronel Monjardim foi novamente Comandante Superior do Centro e o então vice-presidente de província, Eduardo Pindahyba de Mattos, exaltou seu “incontestável zelo e amor à disciplina” que permitiam ao comando por ele chefiado estar sempre organizado, e com pompa estar presente nas festas nacionais celebradas na capital da província.

A presença da família Monjardim na Guarda Nacional não se encerrou com a morte do coronel em 1884. Muito pelo contrário, o coronel legou à sua descendência um verdadeiro patrimônio político, como aponta Goularte (2008). E sendo a milícia cidadã liderada pela elite política da província do Espírito Santo, como defendemos, não foram poucas as vezes que verificamos membros de tal família em seus mais altos postos. A começar por Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida. Mais conhecido como Barão de Monjardim, era filho do coronel Monjardim com Anna Francisca Maria da Penha Benedita Homem de Azevedo. Nasceu no dia 20 de abril de 1836 na cidade de Vitória e desde sua juventude acompanhava seu pai em visitas pela cidade para angariar votos (SIQUEIRA, 2011, p. 81). Seguindo os passos de seu pai foi deputado provincial em 1864-1865, 1866-1867, 1868- 1869, 1888-1889. Também ocupou os cargos de deputado geral (1881-1884), presidente do Estado (1891) e deputado federal (1909-1912) (MORAES, 2013, p. 121). Quando deputado provincial foi Presidente da Mesa nos anos de 1865, 1866 e 1867.

Membro do Partido Liberal, Alpheu Monjardim teve seu nome citado dentre as graves denúncias e difamações feitas no periódico A Liga, ferrenho opositor da atuação política de sua família. Algumas destas críticas estavam ligadas ao uso político que faziam de seus altos postos na Guarda Nacional. Na edição de número quatro do citado jornal, datada de 29 de abril de 1860, Alpheu Monjardim e seu irmão Áureo Trifino, foram acusados de fazerem uso de seus postos na milícia cidadã para coagir os moradores de Goiabeiras e Carapina:

O Tenente Fefeo e o improvisado major Fífides andam pelas estradas de Goiabeiras e Carapina amedrontando votantes para concorrerem com seus votos para a eleição de seu papai: ora meu Deus, estes pissocas não tomarão enuda? Quererão ainda por mais esta vez cair no ridículo? Um conselho: vão cuidar na moagem da sua engenhoca, do que importunarem a quem passa pela estrada (SIQUEIRA, 2011, p. 77).

Naquele ano, 1860, o barão de Monjardim era Tenente no Comando Superior do Centro. Assim, torna-se pertinente a consideração feita sobre o uso político da milícia. Já em 1866, o barão de Monjardim foi Capitão naquele mesmo Comando Superior. Sendo, posteriormente, promovido a Tenente Coronel Comandante do 1º Batalhão, posição que também ocupou em 1868.

Monjardim foi uma das mais expressivas lideranças da Guarda Nacional no Espírito Santo. No Livro de Matrículas dos Oficiais da Guarda, encontram-se todos os principais próceres da milícia cidadã. Outra figura de relevância na política do Espírito Santo e presente no comando da Guarda Nacional foi Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas. Nascido no Espírito Santo em 1835, o Coronel Mascarenhas foi casado com D. Beatriz Fernandes de Araújo, filha do fazendeiro Tenente Coronel Torquato Martins de Araújo Malta (MERLO, 2008, p. 176 – 177).

O Coronel Mascarenhas foi vice-presidente nos períodos de 1872 a 1876 e de 1885 a 1887. Em 1872, Mascarenhas tornou-se chefe do Partido Conservador no Espírito Santo, sua escolha para essa posição demarca uma divisão interna, segundo Siqueira (2011). No ano de 1874, Mascarenhas foi presidente de província interinamente. Mesmo que de forma rápida, sua passagem por este cargo foi alvo de críticas no periódico da Corte A Reforma. Ele foi acusado de utilizar-se de sua posição para pressionar e demitir funcionários públicos, bem como interferir nas eleições. Sua defesa foi feita por Basílio Daemon no periódico Espírito-Santense, que estava em funcionamento desde 1870, sendo o órgão oficial da província e porta-voz do grupo conservador. O próprio Manoel Mascarenhas esteve à frente desse jornal, não sendo raros os ataques ao grupo opositor (SIQUEIRA, 2011, p. 202).

A atuação política de Mascarenhas não se restringiu a esta passagem, durante a década de 1870 ele foi figura recorrente na Assembleia Provincial. Ocupou o cargo de deputado provincial nas legislaturas de 1870-1871, 1872-1873, 1876-1877 (BICHARA, 1984, p. 298) Na Guarda Nacional sua presença foi evidenciada quase vinte anos antes de figurar no mundo da política: em 1853, aos 18 anos de idade, ele já era Capitão do Comando Superior do Centro. Quinze anos depois, em 1868, ele tornou-se Comandante Superior.

Esta trajetória do Coronel Mascarenhas revela-nos uma característica importante no que diz respeito a ser a Guarda Nacional o lócus privilegiado da elite política do Espírito Santo, bem como palco de disputas políticas. Em 1862, o presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior afirma:

vejo essa grande e nobre instituição (...) acometida pelos assaltos funestos do espírito de partido, que tudo desvirtua, tudo estraga, sacrifica a justiça ao capricho ou a afeição- o mérito à camaradagem eleitoral, a severidade das disciplinas e às indulgências dos compromissos políticos. (APEES, 1862)

No ano de 1863, o coronel em questão foi suspenso para responder ao Conselho de Disciplina, segundo consta nas observações do livro de matrícula dos oficiais. Quando nos voltamos para o mesmo livro constatamos que o Comandante Superior em 1863 era Francisco Monjardim, que nesta época fazia parte dos Bermudistas (Partido Capichaba), identificado pela maioria dos historiadores como Partido Liberal. Isto nos leva a refletir sobre quais teriam sido os motivos do afastamento de Mascarenhas, declaradamente conservador. Sabemos que em todo Império era comum que os Comandantes utilizassem a Guarda Nacional para prejudicar seus opositores políticos, sobretudo nas eleições, e este nos parece mais um exemplo desta prática corriqueira. De fato, o cenário político da província era de disputa entre Liberais e Conservadores, devido a chegada do novo presidente de província, o liberal André Augusto de Pádua Fleury (SIQUEIRA, 2011, p. 98).

Embora houvesse uma maioria conservadora na província, as eleições de 1863 para deputado geral foram acirradas e os periódicos eram utilizados como meio de criticar os adversários e, no caso dos conservadores, para relatar a violência que garantiu a vitória dos liberais. A Assembleia Provincial também não via com bons olhos o avanço liberal na província, já que era composta, em sua maioria, por deputados do Partido Conservador. Assim, dado o estado das coisas na província, seria plausível supor que a suspensão do coronel Mascarenhas da G.N. teve motivações partidárias.

Da mesma forma que verificamos a presença de notáveis à frente do Comando Superior do Centro na Guarda Nacional do Espírito Santo, constatamos este mesmo aspecto no Comando Superior do Norte, embora tenha sido este o Comando com o maior número de oficiais para os quais não nos foi possível traçar completamente um perfil. O primeiro nome presente no livro de matrícula dos oficiais é o de Antonio Rodrigues da Cunha, mais conhecido como Barão de Aimorés. Nascido em Conceição da Barra no ano de 1834, o coronel Rodrigues da Cunha fazia parte da chamada “nobreza do café” do Espírito Santo (DAEMON, 2010, p. 421), que ainda contava com os barões de Itapemirim, os três, barão de Timbuí, Olindo Gomes dos Santos Paiva e o barão de Guandu, José Bernardo de Sousa. Não por acaso, todos eles, homens de posses, fizeram parte da Guarda Nacional em algum momento de suas vidas. Cabe ressaltar que Antonio da Cunha foi casado com a filha do influente Joaquim Marcelino da Silva Lima – o primeiro barão de Itapemirim - Thomazia da Silva Lima, com a qual teve dois filhos (MORAES, 2013, p. 81).

O fato de o coronel ter contraído matrimônio com a filha do Barão de Itapemirim nos parece um caso típico de consolidação de laços intra-elite, visando manter seu status econômico, influência e prestígio. Sua presença na milícia cidadã começou em 1853, ano em que foi nomeado Coronel Comandante Superior do Comando do Norte. Seu filho, Antonio Rodrigues da Cunha Júnior, também fez parte da milícia cidadã no posto de Major Ajudante d’Ordens, no ano de 1859, quando seu pai ainda era Comandante Superior. Interessante notar que o poder de influência dos comandantes da G.N. relacionava-se também ao capital econômico que possuíam. Tal elite política era também detentora de posses, como o Coronel Cunha, um dos barões do café do Espírito Santo.

Nas outras regiões, Centro e Sul, também constatamos essa característica (SIQUEIRA, 2011, p. 113).

Outra figura de destaque presente na Guarda Nacional foi Olindo Gomes dos Santos Paiva, o barão de Timbuí. Não se sabe ao certo em que ano o coronel Olindo nasceu, nem mesmo se era capixaba. Porém, há indícios de que ele teria nascido em São Mateus, no início do século XIX. Nesta localidade ele possuía grandes propriedades de terra, como a Fazenda Santa Izabel. Seu prestígio ainda advinha do fato de ter despendido esforços para a construção da linha telegráfica no Norte da província. A importância do Barão de Timbuí na província do Espírito Santo é confirmada, ainda, pela sua atuação nas esferas de poder local. Ele foi deputado provincial nas legislaturas de 1870-71, 1872- 73, 1874-75 e 1880-81. Cabe ressaltar que ele compôs a Assembleia provincial tanto nos anos em que os conservadores estavam à frente da província quanto no momento do governo liberal, uma vez que a década de 1870 foi marcada pelo retorno dos conservadores ao governo. A elite política do Espírito Santo pós-década de 1860 possuía divergências muito mais pessoais e locais do que de ideias. Embora houvesse a divisão entre o Partido Liberal e o Conservador, a “ameaça republicana” não rondava a província. Ambos os partidos defendiam a ordem e o regime monárquico (SIQUEIRA, 2011, p. 229).

Do ponto de vista partidário, a legislatura de 1880-1881 é caracterizada por Siqueira (2011) como sendo heterogênea, e a presença do Barão de Timbuí é elencada como indício de tal característica, pois ali estava um conservador cercado por uma Assembleia majoritariamente liberal. Já na Guarda Nacional, o coronel Olindo foi nomeado Comandante Superior do Comando do Norte em 1869. Esteve à frente da milícia, portanto, durante o governo dos conservadores na província.

A presença de notáveis também foi verificada no Sul da província, onde havia grande quantidade de fazendeiros. O primeiro deles foi João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Embora não haja grandes informações sobre sua vida, é certo que ele era um rico fazendeiro que esteve presente em momentos importantes da política capixaba: na primeira legislatura em 1835-36, e nas legislaturas de 1838-39, 1854-55, 1874-75 e 1876-771 (BICHARA, 1984, p. 45). Em uma observação rápida, depreende-se que sua atuação como deputado provincial parece ter ocorrido em momentos em que a província era comandada por conservadores. De fato, Gomes Bittencourt foi um dos conservadores mais influentes no sul do Espírito Santo, esteve à frente dos denominados Macucos, grupo político de caráter conservado que se opunha aos Arraias, grupo liberal comandado pelo barão de Itapemirim (SIQUEIRA, 2011, p. 114 – 115).

Sendo figura de tamanha relevância nada mais natural que Gomes Bittencourt estivesse à frente da Guarda Nacional. De 1852 a 1867 ele foi o Coronel Comandante do Comando Superior do Sul. É importante destacar que no ano em que ele foi reformado, o novo coronel que assumiu seu posto foi Joaquim Antônio de Oliveira Seabra, comerciante fluminense que se casou com Leocádia da Silva Lima, a filha do barão de Itapemirim. Ou seja, fica claro o revezamento partidário no comando da milícia, pois o Coronel Seabra herdou de seu sogro o prestígio e a posição de líder dos liberais em Itapemirim. Tal

prestígio também pode ser evidenciado pela sua presença na política da região: em 1867 foi um dos sete vereadores que fizeram parte da instalação da primeira Câmara Municipal da vila de Cachoeiro de Itapemirim.

Sendo assim, percebemos que a Guarda Nacional abrigou em seu interior importantes figuras da província, componentes do *estrato de senhores* evocado por Uricoechea (1978). O fundamento do poder dessa elite advinha de sua participação política, mas também de seu status econômico. As sucessivas participações na Assembleia Provincial comprovam esse caráter político da elite. Além do mais, as relações de parentesco evidenciam que havia uma verdadeira rede intra-elite, que certamente contribuía para a manutenção do poder da elite que estava à frente da Guarda Nacional.

4. CONCLUSÕES

Entendendo a milícia cidadã como um instrumento de preservação da hierarquia social vigente no Brasil, intentamos identificar a elite política que ocupava os altos postos da Guarda, utilizando-a como símbolo de status. Inicialmente, objetivamos analisar qual o papel que a milícia desempenhava enquanto força militar. Os milicianos estavam divididos na província em três Comandos Superiores, centro, norte e sul. As regiões mais ricas e movimentadas ao longo dos anos tinham o maior efetivo de guardas nacionais. No período abordado foi no ano de 1862 que a Guarda Nacional apresentou o maior número de milicianos, 4.678. Tal número representava 11,5% da população total da província do Espírito Santo. Porcentagem que ao ser comparada com o Rio Grande do Sul, Pará e Mato Grosso do Sul revela-se significativa.

A partir da análise prosopográfica dos comandantes da Guarda Nacional do Espírito Santo pudemos perceber como o prestígio político e a participação nas patentes mais altas da Guarda caminhavam juntos. evidenciamos a presença de famílias de prestígio, econômico e político, nos postos de Comando da Guarda Nacional. Homens, como Francisco de Andrade Almeida Monjardim, João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas ou Constantino Gomes da Cunha. Nos momentos em que não estavam à frente deste importante instrumento político, estes senhores estavam ocupando cargos políticos, sobretudo na Assembleia Provincial. Nos três Comandos Superiores existentes na província evidenciamos a presença daqueles notáveis, porém foi no Comando Superior do Centro que encontramos o maior número de informações e, consequentemente, conseguimos perceber de forma mais clara as relações políticas existentes no interior da Guarda Nacional.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ESPÍRITO SANTO. **Matrícula dos oficiais da Guarda Nacional (1852-1880)**. Fundo Governadoria, série 751.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Registro da Correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1871).**

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção de Leis do Império do Brasil – CLIB.** Lei de 18 agosto de 1831. Cria Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1873, p. 49. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 12 de out. de 2011.

ESPÍRITO SANTO. **Relatórios dos presidentes de província do Espírito Santo.** Center for Research Libraries. Disponível em: Acesso em: 18 de set. de 2023.

OBRAS

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do poder legislativo do Espírito Santo 1835-1889.** Vitória: Leoprint, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.** São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística.** 2. ed. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FARIA, Maria Auxiliadora. **A Guarda Nacional em Minas (1831-1873).** 1977. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1977.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional na província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil, 1850-1873.** Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos.** 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites.** 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MERLO, Patrícia Maria Silva. **O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

REMOND, René. Do político. In: _____. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA, John Erick Augusto da. **Mantendo a ordem e guardando as fronteiras: o serviço de destacamento da Guarda Nacional na província de Mato Grosso em meados dos oitocentos**. Documento e Monumento Revista Eletrônica. Cuiabá, n.06, v 01, p. 36-50, jun. 2012.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”**: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. 2011. 231 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e Renato Monseff Perissinotto. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. São Paulo: Difel, 1978.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. 2

AUTORA:

KAMYL A NUNES DE DEUS OLIVEIRA: Licenciada em História, Mestre em História Social das Relações Políticas, atua como docente no Instituto Federal da Paraíba. E-mail: kamyla.oliveira@ifpb.edu.br